

INTERESSES E DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Henrique da Rosa Ziesemer

2^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2020

 EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Ana Caquetti

1168143

Z671 Ziesemer, Henrique da Rosa.
Interesses e direitos difusos e coletivos / Henrique da Rosa Ziesemer. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
912 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3260-6.

1. Direitos Difusos. 2. Direitos Coletivos. 3. Direitos Fundamentais. I. Ziesemer, Henrique da Rosa. II. Título.

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Rol de abreviaturas	19
Capítulo I – Considerações iniciais sobre os direitos e interesses difusos e coletivos	21
1. Atuação constitucional e institucional	27
2. Ministério Público nas demandas coletivas	28
2.1. Ministério Público Federal	33
2.2. Ministério Público dos Estados	35
2.2.1. Atuação extrajudicial	37
2.2.2. Inquérito Civil	39
2.2.3. Audiências públicas	42
2.2.4. Recomendações	42
2.2.5. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta	43
2.2.6. Autocomposição e resolutividade	44
2.3 Ministério Público do Trabalho	50
2.4. Ministério Público Militar	53
3. Defensoria pública nas demandas coletivas	58
4. Associações nas demandas coletivas	63
Capítulo II – O Processo Civil e o processo coletivo: princípios, conceitos, fundamentos e classificações	65
2. Processo coletivo	73

Capítulo III – A LINDB, as alterações da Lei 13.655/2018 e o processo coletivo	77
Capítulo IV – Ação Civil Pública – Lei 7.347/1985	85
1. Danos causados ao meio ambiente	92
2. Danos causados ao consumidor	95
3. Danos causados aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	97
4. Danos causados a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	98
5. Danos causados à infração da ordem econômica	103
6. Danos causados à ordem urbanística	104
7. Danos causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos	105
8. Danos causados ao patrimônio público e social	106
Capítulo V – Ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores	147
Capítulo VI – Ação Popular	151
Capítulo VII – Mandado de segurança individual e coletivo ..	181
Capítulo VIII – Mandado de injunção individual e coletivo – Lei 13.300, de 23 de junho de 2016	221
Capítulo IX – Pessoa com deficiência	239
1. Apoio às pessoas portadoras de deficiência – Lei 7.853/1989	239
2. Estatuto da pessoa com deficiência – Lei 13.146/2015	251

Capítulo X – Estatuto do Idoso	279
Capítulo XI – Código de Defesa do Consumidor	323
Capítulo XII – Meio Ambiente	443
1. O meio ambiente na Constituição – Princípios	443
2. A tutela do meio ambiente pelo processo coletivo	454
2.1 Teses do Superior Tribunal de Justiça.	462
3. Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/1981	470
Capítulo XIII – Urbanismo	503
1. Parcelamento do Solo Urbano – Lei 6.766/1979	503
2. Estatuto da Cidade	540
2.1. Aspectos gerais constitucionais	540
2.2. Lei 10.257/2001	547
3. Tutela coletiva do Urbanismo (política urbana)	600
Capítulo XIV – Tutela coletiva da segurança pública	605
Capítulo XV – Improbidade administrativa	619
1. Moralidade administrativa. Considerações gerais	619
2. Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992	623
Capítulo XVI – Anticorrupção empresarial	709
1. Considerações gerais	709
2. Lei Anticorrupção Empresarial – Lei 12.846/2013	711
Capítulo XVII – Tutela judicial no Estatuto da Criança e do Adolescente (coletiva e individual)	745

Capítulo XVIII – Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público	775
1. Resolução 23/2007 do CNMP – instauração e tramitação do inquérito civil	775
2. Resolução 164/2017 do CNMP – recomendação pelo Ministério Público	803
3. Resolução 174, de 4 de julho de 2017 – Instauração e tramitação da notícia de fato e do procedimento administrativo	816
4. Resolução 179/2017 do CNMP – compromisso de ajustamento de conduta	825
5. Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012 do CNMP. audiências públicas	840
Capítulo XIX – O abuso de autoridade (Lei 13.869/2019) e o processo coletivo	841
Referências Bibliográficas	847
Anexos	857
Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007	857
Resolução nº 164, de 28 de março de 2017	866
Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017	870
Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017	874
Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997	879
Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015	886
Modelo de Termo de Ajustamento de Conduta	901